



GT 27. Da desregulação ao desmonte: ataques às políticas ambiental, indigenista, quilombola e dos demais povos tradicionais

Coordenador(es):

Stephen Grant Baines (UNB - Universidade de Brasília)

Andrea L. M. Zhouri (UFMG)

Sessão 1 - Mobilizações e articulações no contexto de políticas anti-indígenas

Debatedor/a: Stephen Grant Baines (UNB - Universidade de Brasília)

Sessão 2 - Dinâmicas estatais e corporativas atuais: desregulação, desmanche ambiental e criminalização

Debatedor/a: Andrea L. M. Zhouri (UFMG)

Sessão 3 - Legibilidades e ilegibilidades: dispositivos de reconhecimento de direitos e pacificação do dissenso

Debatedor/a: Sonia Maria Simões Barbosa Magalhães Santos (UFPA - Universidade Federal do Pará)

Nos últimos anos, processos de desregulação ambiental, os quais compreendem a flexibilização das leis relacionadas à gestão-proteção ambiental e aos direitos territoriais indígenas e de comunidades tradicionais visando à intensificação da exploração dos recursos naturais, configuram ameaças aos direitos constitucionais. A radicalização dessa tendência ocorre desde a posse do atual governo federal, com sucessivas medidas voltadas para o desmonte das instituições encarregadas das referidas políticas. Na área ambiental, registra-se o aumento do desmatamento na Amazônia, ataques ao IBAMA, ao ICMBio e a revisão da Lei Geral do Licenciamento. O desmonte da política indigenista revela-se no enfraquecimento da FUNAI e nas invasões de territórios indígenas. Intensificam-se medidas para reestruturar o mercado de terras e violar os direitos, com a consequente criminalização de indígenas, comunidades tradicionais e antropólogos que defendem esses direitos. Ao mesmo tempo, as lutas dos povos tradicionais enfrentam essas violações. A eleição da primeira deputada federal indígena que mobiliza forças políticas contra as violências; a marcha das mulheres indígenas; a mobilização dos povos do cerrado são algumas frentes. O GT incentiva a apresentação de trabalhos que possam dialogar com a temática, tanto na perspectiva de apontar as violências das afetações advindas das políticas de desmonte, como as iniciativas que se organizam para defender outras formas de viver e de projetar o futuro.

Povos indígenas e floresta amazônica ameaçados pelo governo federal atual brasileiro: similitudes com o período militar, ações atuais e as resistências.

Autoria: Luciene Cristina Risso (UNESP - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho)

Os direitos indígenas, após um período de conquistas e garantias advindas da Constituição de 1988, estão sob ataque atualmente, com o retorno de ideias de assimilação do indígena e ocupação amazônica como no período militar, ataque aos direitos indígenas, flexibilização das leis ambientais de forma a livrar essas terras protegidas, em favorecimento do agronegócio e da mineração. Tanto na área ambiental como na questão indígena, a radicalidade caminha para políticas de desmonte das Instituições (FUNAI, ICMBio, etc). Em consequência, está havendo invasão dos territórios indígenas, com violência e mortes e aumento do desmatamento da floresta amazônica, Diante desse cenário, essa pesquisa visou apresentar as ações do atual governo quanto aos povos indígenas e floresta amazônica até o momento (de 2019 ? Início de 2020),



interpretando as similitudes com o período militar brasileiro e a resistência dos povos. A metodologia utilizada foi revisão bibliográfica, levantamento de dados secundários, interpretação e análise. Como principais resultados, no apontamento das ações governamentais atuais ficou explícita a intenção das propostas anti-indígenas e ferimento dos direitos dos povos originários com a proposição do Projeto de Lei 191/2020 para a permissão da exploração das terras indígenas (incluindo os povos indígenas isolados), liberando, o plantio de sementes geneticamente modificadas em terras indígenas. Mesmo pausado e com promessa de Rodrigo Maia, presidente da Câmara dos Deputados, de não seguir para uma Comissão Especial, o cenário é preocupante, pois sabe-se que as tentativas de revisão de direitos garantidos, o marco temporal, a diminuição do patrimônio fundiário, demarcações paradas, abertura das terras indígenas a terceiros não cessarão. O projeto igualmente desvelou a intenção radical do governo, com visão de progresso ultrapassada de ocupação Amazônica como no período militar, em favorecimento de empresas ligadas a interesses minerários e agronegócio, usando o interesse nacional e seguridade das fronteiras em detrimento da vida dos povos indígenas, de seus direitos e do meio ambiente. Assim, ao invés do Estado cumprir sua obrigação de proteger os povos indígenas e o meio ambiente, vai na contramão dos compromissos assumidos internacionalmente e nacionalmente. Mais uma vez na história, os povos indígenas amargam nesses tempos de trevas e lutam mais do que nunca pelo direito constitucional garantido e de viverem em paz e com dignidade em seus territórios.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: